

MEMÓRIA E TOPONÍMIAS: UMA ANÁLISE DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE UBÁ-MG

Ana Carolina Santos e Silva

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Resumo

A presente investigação decorreu do mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da autora, na UFV; e refere-se à análise da paisagem cultural da cidade de Ubá, Minas Gerais, sob a perspectiva da Toponímia. Pela apreciação do contexto histórico-geográfico da cidade, foram desenvolvidas algumas reflexões acerca da nomeação de vinte e sete nomes de ruas, pertencentes à zona central. A paisagem do município é reflexo da ação de grupos sociais influentes, os quais grafaram nela seu poderio e prestígio social. A memória social neste trabalho é discutida no âmbito da sua representação oficial. Este trabalho contribui para os estudos de paisagem cultural, proporcionando uma nova perspectiva na sua interpretação; e compreensão dela como fator essencial na constituição de memórias.

Palavras-chave: Toponímia; paisagem; memória.

Abstract

The following research has happened during the professional master on Cultural Heritage, Landscapes and Citizenry at UFV, and it refers to the review of cultural landscape of the city of Uba, in Minas Gerais state, in Brazil, according to toponymy perspective. Through the appreciation of the city historic-geographic context, it was developed some reflections about the nomination of twenty-seven cities names, which belong to the central area. The municipality landscape is an echo of social groups which imprint on it their both power and social prestigious. Having said that, social memory in this research will be discussed around official representations. This research aims at contributing to landscape studies, other than providing a new perspective about its interpretation and comprehension as a crucial element about memories construction.

Keywords: Toponymy; landscape; memory.

INTRODUÇÃO

As toponímias estão ligadas à construção de memórias, posto que são marcas deixadas no espaço geográfico, que evidenciam a influência de grupos, geralmente detentores de poder, tornando-se símbolos na paisagem.

Esses emblemas grafados ou cristalizados na paisagem são os meios pelos quais podemos resgatar o passado e rememorar-lo. Logo, justifica-se a necessidade de estabelecer elos com o espaço, muitas vezes, nos remetendo a eventos ocorridos em nossa infância ou, mesmo, em nossa juventude. Destacam-se os nomes de lugares que, sem dúvida, carregam grande carga sentimental e intencional.

A ação de nomear lugares presta-se como uma expressão cultural, bem como uma singularização na ocupação do espaço; desta maneira, nomes tornam-se símbolos do espaço apropriado pelo homem. Os nomes são reflexos dos traços da paisagem humanizada,

personalizam, constituem e diferenciam, de qualquer área ou região, os vocábulos, materializando a própria “alma” do lugar (CARVALHO, 2016).

No intuito de suscitar um particular debate acerca da paisagem cultural, este trabalho, que fez parte da pesquisa da autora, no mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, na Universidade Federal de Viçosa, durante os anos de 2015-2017, tentou compreender alguns aspectos de sua configuração, por meio da análise dos nomes das ruas da zona central da cidade de Ubá (Minas Gerais, Brasil). Ao considerar as relações de poder estabelecidas no espaço, averiguam-se os fatores econômico e político, como possíveis artifícios de enquadramento de memória local.

Por sua importância regional, principalmente, no que tange ao aspecto socioeconômico, a cidade foi escolhida para uma análise mais aprofundada e sob um viés diferente dos trabalhos já realizados sobre a cidade. Escolheu-se uma investigação que trouxesse à tona o reflexo dos conflitos sociais na paisagem de Ubá, contudo, devido ao curto espaço de tempo que uma pesquisa de mestrado possui, foi escolhido o centro da cidade como foco de análise para os estudos dos nomes das ruas, essencialmente.

No primeiro momento, propõe-se uma contextualização da cidade, sua presente configuração social e econômica, sua importância enquanto polo moveleiro regional, reconstituindo parte de sua trajetória histórica, por meio do destaque de momentos importantes, que consolidaram socioculturalmente a cidade. Para tanto, o texto perpassa o papel da Zona da Mata, uma vez que o município fez parte dela como núcleo abastecedor de gêneros de subsistência das áreas mineradoras; seu progresso como área de grande importância agrícola no cenário brasileiro; a constituição das oligarquias agrárias e seus impactos na formação da sociedade; chegando até a ascendência de Ubá como polo agrícola e, atualmente, moveleiro.

Posteriormente, avançou-se em direção à composição de memórias, desde suas experiências vividas e compartilhadas, até a eleição de símbolos e signos que a representam. Em vista disso, debruçou-se em torno do discurso geopolítico grafado na paisagem, responsável pela constituição das normas de conduta e exercício de poder. Assim, a investigação propôs um novo olhar sobre a paisagem cultural, realçando as toponímias, como importantes meios de apropriação e poder na sociedade, as quais podem representar os aspectos sociais no espaço.

Assim, tornou-se impossível entender a formação da estrutura sociocultural da Zona da Mata Mineira, sem considerar as diferentes etnias que habitaram o local. Logo, ao analisar a paisagem cultural destas cidades, encontrou-se, a todo instante, vestígios de culturas subterrâneas nos costumes, nas tradições e nos símbolos locais. Esses vestígios culturais revelam os pontos chave de construção da memória social local, tendo sido estruturados ao longo dos séculos de ocupação dessa região.

Além da contribuição de diversas culturas no processo de composição e de memórias sociais locais, a região da Zona da Mata Mineira sofreu influência de grupos sociais atuantes, os quais representaram o poder social durante muito tempo. Tal poderio está atrelado à ascensão agrícola regional, fundamentalmente, após a decadência do ouro nas regiões de Mariana e de Ouro Preto, momento em que estas regiões passaram de núcleos abastecedores de gêneros alimentícios a grandes produtores rurais.

Evidentemente, a estrutura social que se formou com esta nova realidade acompanhou as necessidades que a economia demandava na época. Constituindo-se uma sociedade pautada em preceitos centralizadores, patriarcais e oligárquicos, com características conservadoras que privilegiavam os detentores dos meios de produção e dos recursos financeiros. O poderio e prestígio social obtidos por esses grupos influíram de maneira direta na grafia das paisagens, fenômeno compreensível, ao se admitir a mesma, como reflexo das experiências humanas no espaço geográfico.

Desta maneira, neste trabalho, partiu-se do princípio de que o poderio exercido por grupos detentores de prestígio social durante os momentos de destaque econômico agrícola na região da Zona da Mata, fundamentalmente, na cidade de Ubá, contribuiu de maneira patente na nomeação de áreas públicas; que, de alguma maneira, reforçam tal prestígio.

Ao compreender a relação entre Toponímia e Cultura, tornou-se viável desenvolver estudos acerca da paisagem cultural, por meio do processo de nomeação dos lugares. Nesse contexto, a geografia é um meio eficiente para analisar tal processo, por meio de um dos seus conceitos chave, a paisagem, na qual é possível reconhecer os traços de uma cultura dominante, assim como, qualquer manifestação cultural, política ou econômica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Gluszevicz (2010), a Toponímia pode representar um importante papel na classificação dos locais, uma vez que possui grande importância para a análise, tanto geográfica quanto cartográfica, pois os nomes geográficos são registros históricos da passagem do tempo na ocupação do território e a consequente modificação da paisagem.

Alves (2010) coloca que as toponímias, a depender do contexto em que o indivíduo se insere, em um determinado tempo e espaço, levam os sujeitos a transcenderem a dimensão física dos lugares, de forma que, nem o tempo cronológico e nem mesmo as fronteiras físicas que os limitam, se tornam barreiras. Isto se remete à fluidez com que a percepção e a experiência levam os sujeitos a se relacionarem com os lugares, tornando-os estáveis às sensações que, a cada dia, os sujeitos imprimem nas espacialidades.

As toponímias estão estritamente ligadas à construção de memórias, posto que são marcas (grafias) deixadas no espaço geográfico, que evidenciam o poder de grupos, geralmente detentores de poder, tornando-se símbolos na paisagem. Tais símbolos, grafados ou cristalizados na paisagem, são os meios pelos quais podemos resgatar o passado e rememorar-lo. Esse mesmo intuito justifica-se na necessidade de estabelecer elos com o espaço, muitas vezes nos remetendo a eventos ocorridos em nossa infância ou mesmo, em nossa juventude.

A respeito desses símbolos fixados na paisagem, destacam-se os nomes de lugares que, sem dúvida, carregam grande carga sentimental e intencional. A ação de nomear lugares presta-se como uma expressão cultural, bem como uma singularização na ocupação do espaço, desta maneira, nomes tornam-se símbolos do espaço apropriado pelos indivíduos. Os nomes são reflexos dos traços da paisagem humanizada, personalizam, constituem e diferenciam de qualquer área ou região os vocábulos, materializando a própria “alma” do lugar (CARVALHO, 2016).

Nora (1993), em sua discussão sobre o lugar, expõe que as reminiscências do passado, enraizados no meio físico via “suportes de memória”, são restos de um pretérito, que marcou a vida de pessoas que habitam (ou habitaram) aquele local. Esses suportes de memória são símbolos grafados na paisagem e as toponímias podem exercer esse papel, evidenciando as experiências passadas.

A partir do estabelecimento de relações afetivas com o meio, as memórias são construídas e reproduzidas através de costumes e tradições, memórias estas, que só podem ser resgatadas (ou mesmo reproduzidas) por meio dos suportes de memórias, conforme citado por Nora (1993), que possibilitam a existência e a permanência dos “lugares de memória”. Tais “lugares de memória” diante da inexistência de lembrança espontânea, criam a necessidade de arquivos e celebrações, pois não são naturais. É de suma pertinência, destacar a função do espaço na formulação de memórias, já que as reminiscências do passado se cristalizam no mesmo.

Nessa perspectiva, é preciso destacar que o estudo da Cultura, essencialmente, sob um olhar geográfico, sempre poderá estar atrelado ao estudo do poder, uma vez que um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições, tomadas como verdadeiras e como sendo objetivas e válidas para todas as pessoas. Assim, o poder é um mecanismo de reprodução da Cultura, ocorrendo de maneira mais eficaz quando são mais “sutis”, menos visíveis, quando os interesses dos grupos detentores de poder (geralmente econômico e político) se dão como sendo comuns (COSGROVE, 2014).

Logo, a Geografia Cultural, na contemporaneidade, não trata mais de um espaço de partilha ou mesmo, de um projeto intelectual; mas, um espaço institucional, com distinções epistemológicas consistentes. Pode-se assim, entender que a Geografia Cultural, na atualidade, comporta pesquisadores dos padrões de objetos no espaço, sem ligação com o processo cultural, bem como aqueles que investigam o processo cultural sem, no entanto, se referir ao espaço, ao lugar ou mesmo à paisagem (COSGROVE, 2014). Então, o objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos indivíduos no ambiente social, compreendendo os significados que estes empregam ao espaço e o sentido dado às suas vidas (CLAVAL, 2007).

Compreender a paisagem como fruto de relações sociais, podendo ser uma marca que revela a passagem de civilizações, é um dos pressupostos da Geografia Cultural. Mas a paisagem pode ser enxergada também como uma matriz, que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação. Sendo uma marca, ela pode (e deve) ser inventada (BERQUE, 1998).

As paisagens simbólicas não se tratam apenas de informações estáticas, mas sim, de valores culturais que elas contêm e que precisam ser reproduzidos, para continuar tendo significado; o que, na maioria das vezes, ocorre por meio da vida cotidiana (COSGROVE, 2014).

JUSTIFICATIVA

Essa investigação se justifica na dimensão social, ao propor uma apreciação da construção da memória ubaense, por meio da análise da contribuição dos grupos sociais na paisagem cultural. Huyssen (2000) diz que, sem memória, sem uma releitura do passado, é impossível haver um reconhecimento da diferença, muito menos a compreensão das complexidades e das instabilidades

de identidades pessoais, culturais, políticas e nacionais. Em uma dimensão científica, a pesquisa propôs coadjuvar os estudos sobre as toponímias, uma vez que o tema ainda se encontra em estágio de construção. E, por fim, sob uma dimensão prática, esta investigação buscou promover um evento na cidade de Ubá, que proporcionou o debate sobre as toponímias, enfatizando seu papel político e sua influência na construção de memórias.

OBJETIVO GERAL

Avaliar os nomes das ruas da área central de Ubá é o principal objetivo do trabalho, desta maneira, pretende-se adotar uma investigação empírico-dedutiva, por meio de uma abordagem qualitativa, em que serão analisadas as origens dos homenageados das ruas que constituem a área.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir a relação entre Toponímia, memória e paisagem;
- Analisar a configuração espacial dos topônimos no centro tradicional da cidade de Ubá (MG);
- Avaliar a contribuição dos topônimos para a construção de paisagens culturais na área de estudo localizada em Ubá (MG); e
- Organizar e promover um evento na cidade de Ubá, intitulado “I Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagens”, que possibilite a apresentação da pesquisa à comunidade local e regional.

METODOLOGIA

Ao analisar a paisagem cultural de Ubá (MG), sob a perspectiva dos topônimos, realizou-se um estudo da zona central da cidade, pautada nas toponímias, a qual representa o locus de interação social dos habitantes e, portanto, área social de destaque. Avaliar os nomes das ruas da área central de Ubá foi o principal objetivo da pesquisa e, desta maneira, adotou-se uma investigação empírico-dedutiva, com adoção de uma abordagem qualitativa, em que foram analisadas as origens dos homenageados das ruas que constituem a área. Além disso, procurou-se discutir a relação entre Toponímia, memória e paisagem; avaliar a contribuição política dos topônimos na construção de paisagens culturais em Ubá (MG); organizar e promover um evento na cidade de Ubá, intitulado “Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagens”, que possibilitasse a apresentação da pesquisa à comunidade local e regional, promovendo uma discussão do tema.

Como aporte informacional à primeira etapa do trabalho, foi realizado um levantamento do material cartográfico da cidade de Ubá (MG), junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de colher os registros dos nomes já existentes. Nesse momento, foi estabelecido contato com técnicos do referido instituto, que forneceram as bases digitais (em formato shapefile),

com os nomes das ruas da cidade e com seus respectivos setores censitários. Nessa mesma instituição, recebeu-se a informação de que a cidade de Ubá não possui delimitação de bairros pelo IBGE, o que dificultou a identificação do centro da cidade, durante a pesquisa; sendo então, necessária, a adoção de outra fonte de dados.

A segunda opção foi o contato com o setor de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal, a partir do qual, foi obtido o documento da Lei Complementar nº 030, de 11 de julho de 1995, a qual estabelece, em seu anexo II, a delimitação das zonas urbanas do município, que ainda hoje é utilizada para serviços municipais, como a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Tais registros serviram para tecer uma apreciação crítica acerca da nomeação da cidade, enquanto forma de exercício de poder. Primeiramente, foram selecionados apenas os nomes das ruas pertencentes à zona central de Ubá, por acreditar serem estes, os nomes com maior destaque social na cidade, devido à sua localização privilegiada, cercada de imóveis bem valorizados; e com concentração de instituições comerciais e de serviços. Julgou-se, neste trabalho, ser a área central da cidade, o local principal de interação social, posto que lá, ocorre uma concentração significativa de atividades econômicas, sedes políticas e administrativas, bem como as fontes de lazer dos munícipes. Logo, essa área possui uma importância sociopolítica fundamental, não só para a garantia de realização de atividades básicas da cidade, assim como para a constituição de memórias oficiais.

Em segundo lugar, foram selecionados apenas os nomes de ruas da zona central relacionados a pessoas, os antrotopônimos, totalizando vinte e sete nomes de ruas. Tal escolha, obviamente, não foi aleatória e, tampouco, despreziosa. A escolha deveu-se à compreensão de que os antrotopônimos são maneiras eficientes de reafirmar (ou mesmo de atribuir) poder social à pessoa homenageada ou à sua família. Dessa forma, optou-se pelo estudo destes antrotopônimos, buscando entender se o poder político influenciou a nomeação de ruas da zona central do município. Para tanto, foi feita uma pesquisa sobre cada uma das pessoas homenageadas, buscando compreender qual foi o papel desempenhado por elas no espaço ubaense e em qual época. Esses dados foram coletados no Arquivo Histórico de Ubá, nos jornais locais, no Colégio Sagrado Coração de Maria (uma das mais antigas instituições da cidade), no arquivo da Câmara Legislativa Municipal (por meio de algumas atas de nomeações); e em bibliografias sobre a temática.

Outra etapa da pesquisa tratou-se da pesquisa bibliográfica sobre o tema, que foi realizada por meio de artigos presente em anais de eventos, publicados em revistas científicas e livros sobre geografia cultural e epistemologia da geografia presentes na Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa bem como as fontes digitais de pesquisa.

RESULTADOS

Por meio da análise dos dados, verificaram-se nomes de ruas centrais de Ubá (MG), batizadas com nomes de antigos coronéis, bem como dos filhos (ou outros parentes) dos mesmos. É o caso de Cristiano Roças (filho do coronel João Alves de Araújo Roças); Coronel Carlos Brandão; Coronel Júlio Soares; Coronel Isaac Cabido e José Ferreira de Andrade. Tal aspecto reforça que o

fator econômico e político foram importantes artifícios no processo de escolha de símbolos (no caso, que correspondem a pessoas) que representam a memória ubaense.

Embora esses nomes sejam de habitantes da cidade, é imprescindível salientar que todos em algum momento da História, possuíram controle sobre os meios de produção, bem como dos recursos financeiros, o que os tornavam figuras políticas de destaque, em uma sociedade conservadora, tal como Ubá fora. Portanto, o prestígio político influenciou a nomeação das ruas centrais do município, tendo sido escolhidos os nomes de pessoas que, na época de relevância agrícola regional, representaram grande influência na sociedade.

Logo, é evidente como os grupos dominantes locais são valorizados neste momento de estruturação local, ao passo que as culturas anteriores à colonização e, mesmo a classe trabalhadora da cidade, foram colocadas à margem desta representatividade cultural, na área central. A exemplo da representatividade política na paisagem de Ubá, destacam-se os nomes "Peixoto Filho", "José Michelli", "Raul Soares" e "Joaquim Moreira Mendes"; os quais foram políticos locais prestigiados (ou seus parentes).

A partir dos dados, também se observou que, dos vinte e sete nomes, apenas cinco são de mulheres: "Mathilde Rocha Balbi", "Antonietta Risi Soares de Souza Lima", "Maria Camila Carneiro", "Antonina Coelho" e "Júlia Alvim". Todas elas só representavam algum prestígio social, devido ao poder político dos membros masculinos de suas respectivas famílias.

É óbvio que existiam, nesse momento, mulheres que se destacavam por suas contribuições sociais, ainda que nem todas tenham sido conhecidas. Contudo, essas mulheres foram obscurecidas pelos registros históricos da sociedade e as que permaneceram evidentes na paisagem cultural não são lembradas pelos seus feitos, mas pelos feitos de seus companheiros, pais, avôs e irmãos. Tal aspecto corrobora a premissa de uma nomeação realizada em um momento em que a sociedade se alicerçava em princípios conservadores e patriarcais, a qual valorizava a figura masculina e tradicional, como modelo de apreço social.

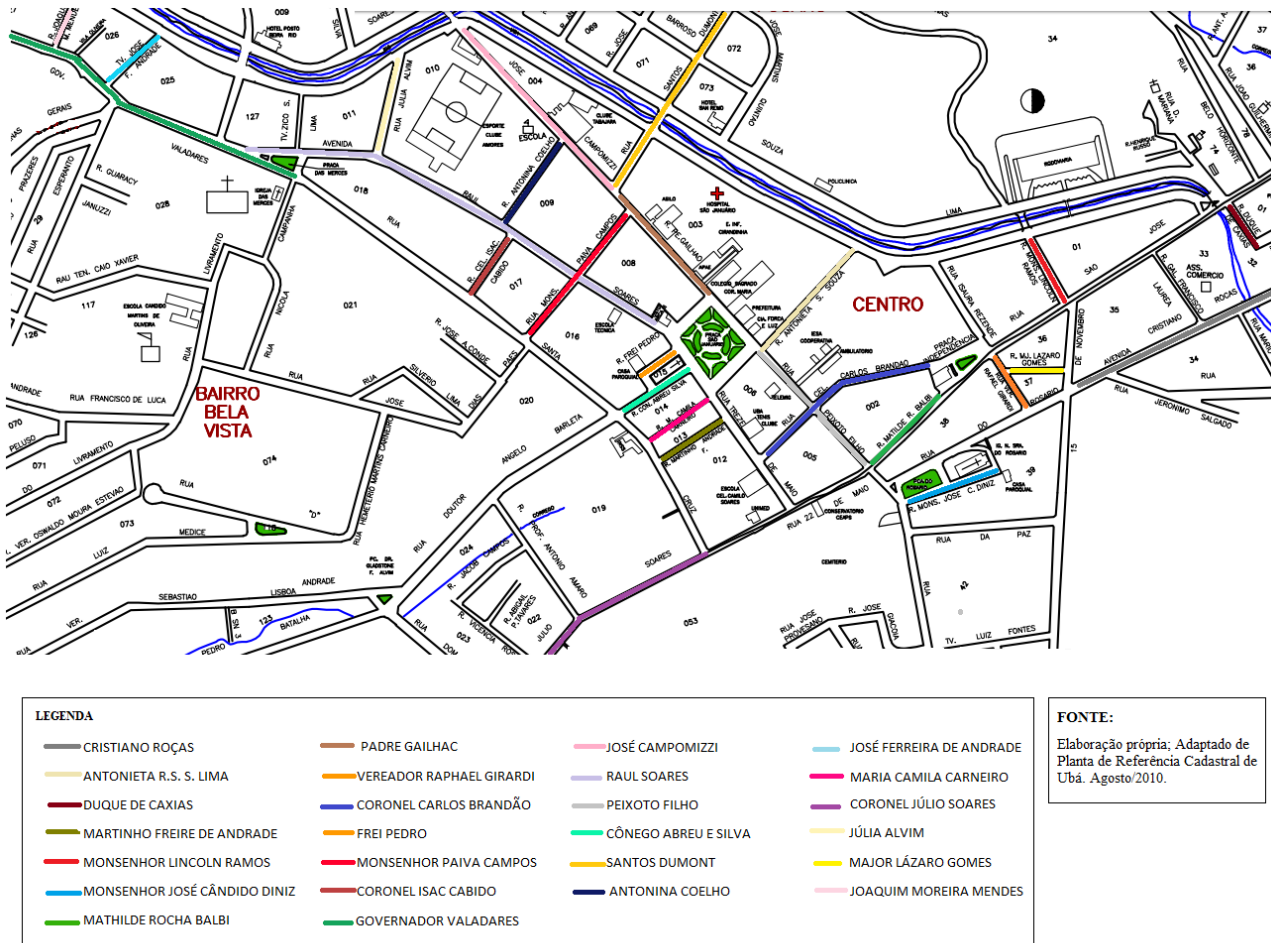


Figura 1. Espacialização dos nomes das ruas na planta de referência cadastral de Ubá, selecionados para análise na presente pesquisa. Elaborado pela autora.

Obviamente, é preciso ponderar que, ao se analisar o que está visível nos registros históricos, não é possível esquecer o que foi deixado de lado dessa seleção cultural; ou seja, sendo as marcas contidas na paisagem cultural, os componentes inerentes à construção da memória coletiva local, ao valorizar os nomes de políticos e membros da Igreja Católica; a grande maioria da população foi de certa maneira excluída do processo de constituição de símbolos e signos, os quais formam a memória coletiva.

A memória, entendida como reflexo de vivências culturais, a qual fornece um quadro de referências para a constituição de identidades, é palco de disputas e, é claro, que as culturas, subalternizadas por este processo, resistiram ao mesmo. Apesar de não terem conseguido grafar na zona central, os nomes que lhes representavam de maneira direta; outras manifestações culturais são, há muito tempo, perpetuadas na cidade, com a música popular e as festas religiosas, como a “Folia de Reis”, o “Congado” e outras manifestações culturais, tais quais: a Capoeira e os blocos de rua, que circulam, durante o carnaval.

Muito embora as manifestações culturais ainda representem as culturas alternativas ou invisibilizadas de Ubá; de fato, o poder, antes econômico e, conseqüentemente, político, influenciou de maneira incisiva a composição de símbolos e monumentos, considerando-se os nomes das ruas, importantes na estruturação de memórias. Então, o ato geográfico de nomear lugares também é um meio político. ao reforçar o poderio de famílias e o enquadramento de memória de um lugar. À medida que nomes de pessoas com prestígio econômico na cidade, durante o período agrícola, foram sendo gravadas na paisagem cultural ubaense, a memória "oficial" da cidade foi sendo construída, estabelecendo símbolos de respeito na sociedade ubaense; que, até nos dias atuais, são enaltecidos nas escolas, nas festas e nos eventos oficiais da cidade.

Como os nomes das pessoas que são homenageadas para nomear uma rua em Ubá são apenas de pessoas já falecidas (uma convenção na cidade), as datas dos decretos de nomeações, no presente trabalho, foram consideradas irrelevantes. Essas tornam-se interessantes, apenas nos momentos em que essas pessoas representaram alguma importância para alguma parcela da população.

Então, considerando tal apresentação dos nomes, nota-se que o período histórico da cidade de Ubá, da data de fundação da cidade até a década de 1960, representou um período de construção dos símbolos da paisagem cultural, o qual contribuiu de maneira categórica para a constituição da memória coletiva da cidade. Tendo sido, neste momento, que as famílias que detêm, ainda hoje, o prestígio social, se constituíram como símbolos socioculturais da cidade.

Um dos objetivos do trabalho consistiu na elaboração de um evento que permitisse levar à sociedade ubaense (e demais regiões) a temática da análise da paisagem e, fundamentalmente, o seu aspecto cultural. O intuito central era trabalhar a temática do patrimônio e da paisagem cultural com os habitantes da cidade, permitindo a construção de um debate que levasse nossas pesquisas à sociedade e que, a partir do retorno desta, pudessemos construir nossos discursos teóricos em nossas dissertações.

Para alcançar tal objetivo, foi realizado o "Encontro Microrregional Patrimônio e Paisagens", no dia 22 de julho de 2016, na cidade de Ubá (Bahia, Brasil), onde foram debatidos temas variados; dentre eles, a configuração da paisagem cultural ubaense e o papel das toponímias nesta estruturação. Por meio das discussões, fomentadas durante o encontro, foram realizados contatos, que puderam auxiliar na construção da retórica política exposta neste trabalho, além de propor à sociedade uma reflexão sobre sua paisagem local, a memória coletiva ubaense e os símbolos e signos que as representam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. A. et al. **Natureza, Sociedade e Cultura: A Amazônia (RE) inventada a partir de seus topônimos**. *Ra'ega – O espaço geográfico em análise*, v. 19, p. 7-17, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/13975>. Acesso em: 20 set. 2011.

BERQUE, A. **A Paisagem - Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural**. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

- CARVALHO, F. de A. **Entre a Palavra e o Chão: Memória toponímica da Estrada Real**. Disponível em: <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt63/09.pdf>> Acesso em: 20 set. 2016.
- CLAVAL, P. **Transmissão da experiência coletiva e gênese das culturas** In. CLAVAL, P. A Geografia Cultural. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.
- COSGROVE, D. E. **Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria**. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.). Introdução à Geografia Cultural. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- GLUSZEVICZ, A. C.; BORGES, E. S.; VIEIRA, S. G. **Estudo da Geonímia Histórica do Rio Grande do Sul, anotada Com Base no “dicionário Geographico, Histórico e Descritivo do Império do Brazil, 1885”**. In: UFRGS. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de esperanças, Porto Alegre, 2010.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, n. 10, dez. 1993.